



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE CAXIAS DO SUL EM 1º.12.2016

No 1º dia do mês de dezembro de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Caxias do Sul a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada das Assistentes Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0006070-41.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro Ana Júlia Fazenda Nunes, pela Coordenadora Sílvia Reolon Nodari e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 30.09.2015

Data de Implantação do PJe: 24.09.2012

Jurisdição: Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Pádua e São Marcos.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 1º.12.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
Ana Júlia Fazenda Nunes	3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Caxias do Sul gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Silvia Reolon Nodari	Analista Judiciário - Área Judiciária	Coordenador (CJ1)	1º.06.2015
2	Alexandre Caetano Nodari ¹	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	04.05.2015
3	Celso Luiz Meneguzzi ² <i>(Em férias)</i>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	31.08.2001
4	Marceli Gomes Teixeira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	19.10.2009
5	Ricardo Fabris de Abreu	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	31.10.2016
SEG	Adelir Jorge Nunes dos Santos ³	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	28.02.1993
SEG	Lázaro Martins Acosta	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	29.01.2010
SEG	José Salvador de Vargas Veiga	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	1º.04.2013
SEG	Cristiano da Silva Hull ⁴	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	1º.04.2013
SEG	Jorge Salles Mendonça Leite Romano	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	18.01.2016

¹ O servidor registra lotações anteriores na Unidade Judiciária de 16.04.2007 a 04.12.2011 e de 05.12.2011 a 31.03.2013.

² O servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 29.09.1993 a 23.08.2001.

³ O servidor registra lotações anteriores na Unidade Judiciária de 07.01.1987 a 30.11.1988, de 20.12.1988 a 19.11.1989 e de 20.12.1989 a 07.02.1993.



⁴ Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 30.05.2008 a 17.01.2010.

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	João Roque Redaelli	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.09.1998
2	Jorge Bogoni	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.09.1998
3	Marise Hedvigés Dresch	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	24.09.1998
4	Daniel Oliveira de Araújo <i>(Em férias)</i>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.09.2010
5	Vamberto da Silva Cavalcanti Junior	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.12.2012
6	Jorge Takemura Okabayashi ¹	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.10.2013
7	Jair Antunes dos Santos	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	05.11.2013
8	Paula Grossi Fernandes Gontijo de Oliveira Lage	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.03.2015
9	Matheus Lima Andrade Silva	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	1º.03.2016
10	Álvaro Henrique Meneghel	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.10.2016 e revisão em 22.11.2016)

¹ Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 26.07.2012 a 22.01.2013.



2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
Adelir Jorge Nunes dos Santos	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	8
Alexandre Caetano Nodari* (desde 04.05.2015)	Dispensa Médica (DM)	1	1
Celso Luiz Meneguzzi	-	-	-
Cristiano da Silva Hull	Faltas Injustificadas	632	632
Jorge Salles Mendonça Leite Romano* (desde 18.01.2016)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
José Salvador de Vargas Veiga	Doação de Sangue (DSAN)	4	4
Lázaro Martins Acosta	Dispensa do ponto (DPON)	15	84
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	69	
Marceli Gomes Teixeira	-	-	-
Ricardo Fabris de Abreu* (desde 31.10.2016)	-	-	-
Silvia Reolon Nodari* (desde 1º.06.2015)	Doença em Pessoa da Família (LPF)	2	8
	Fruição dos dias trabalhados nas eleições (TREF)	6	



Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
Álvaro Henrique Meneghel* (desde 23.09.2016)	-	-	-
Daniel Oliveira de Araújo	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	15
Jair Antunes dos Santos	-	-	-
João Roque Redaelli	-	-	-
Jorge Bogoni	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	75	75
Jorge Takemura Okabayashi	-	-	-
Marise Hedvigés Dresch	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	55	55
Matheus Lima Andrade Silva* (desde 1º.03.2016)	-	-	-
Paula Grossi Fernandes Gontijo de Oliveira Lage* (desde 23.03.2015)	-	-	-
Vamberto da Silva Cavalcanti Junior	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.11.2016)

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Nas Unidades Judiciárias correccionadas **não foram publicadas portarias de greve** restringindo o horário do expediente externo, suspendendo ou interrompendo a distribuição dos feitos ou a distribuição dos mandados.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	José Fernando Soares de Carvalho	11.11.2013	1º.03.2015	1 ano, 3 meses e 21 dias	Aposentadoria



2	Ronnie Kotler	14.11.2013	27.04.2015	1 ano, 5 meses e 14 dias	Lotação no Gab. Des. Wilson Carvalho Dias – Assistente de Gabinete (FC05)
3	Maria Alice Santrovitsch	14.11.2013	06.01.2016	2 anos, 1 mês e 23 dias	Aposentadoria
4	Sergio Barbosa de Sousa	30.10.2014	17.01.2016	1 ano, 2 meses e 18 dias	Remoção por permuta para o TRT da 1ª Região
5	Lisete Maria Kist Wirth	09.12.2014	08.06.2016	1 ano e 6 meses	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Lajeado – Assistente (FC02)

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Marcus Vinicius de Carvalho e Souza	27.06.2014	22.03.2015	8 meses e 26 dias	Remoção por permuta para o TRT da 22ª Região
2 Milena dos Santos Pini	29.10.2012	29.02.2016	3 anos, 4 meses e 1 dia	Redistribuição para o TRT da 24ª Região
3 Vivi Antônio Vicenzi	22.09.1998	27.04.2016	17 anos, 7 meses e 6 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 08.11.2016 e revisão em 22.11.2016)

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2014	2.017	R\$ 11.154,92	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	168,08	R\$ 929,58	R\$ 0,00
2015	1.861	R\$ 10.292,87	R\$ 0,00
Média mensal - 2015	155,08	R\$ 857,74	R\$ 0,00
Variação 2014-2015	-7,73%	-7,73%	-
2016 (até setembro)	1.354	R\$ 7.489,44	R\$ 0,00



Média mensal – 2016	150,44	R\$ 832,16	R\$ 0,00
Varição 2015-2016	-27,24%	-27,24%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 23.11.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 155,08 certidões negativas por mês em 2015, média 7,73% inferior à verificada no ano anterior. Via de regra, as solicitações de certidão negativa são atendidas no prazo de 24 horas, sendo que em caso de pedido urgente e/ou de solicitante de cidade diversa, a certidão é emitida no mesmo dia, normalmente em questão de horas, de modo a evitar que o usuário seja obrigado a retornar até o Foro de Caxias do Sul para retirar a certidão, de acordo com a informação prestada pela Coordenadora.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, o formulário de pedido de certidão, assim como os documentos comprobatórios (tais como cópias do RG, CNH, contrato social e cartão do CNPJ), são guardados pelo período de 180 dias, e depois descartados. A GRU é arquivada em local diverso, após enviados os valores atinentes à estatística mensal, pelo período de cinco anos.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	39.812 – 99,83%	66 – 0,17%	39.878
Processos com reclamadas	120.591 (totalmente) – 99,95%	32 – 0,03%	120.652
	29 (parcialmente) – 0,02%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.11.2016, 14h40min)

Em observância ao disposto no §4º do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 25.03.2013 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 1.632/2013, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo informações prestadas pela Coordenadora, atualmente, são adotados procedimentos de unificação dos dados das reclamadas junto ao inFOR, com base em informações prestadas pelas Secretarias e nos mandados devolvidos pelos Oficiais de Justiça, bem como é realizada uma verificação periódica das reclamadas ainda não unificadas. A conferência é realizada junto ao próprio processo físico ou cópia do mesmo e com documentos que contenham consulta junto ao Infojud, acompanhados da determinação judicial competente. Destacou a Coordenadora que, quando da inclusão de uma nova reclamada ou de sócios no



banco de dados no sistema, a unificação é realizada imediatamente, consultando-se o próprio banco de dados e os dados constantes na inicial (no caso de embargos de terceiro em processos físicos), bem como conferindo-se eventual duplicidade existente.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 24.11.2016, 99,83% das reclamadas do Foro de Caxias do Sul encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 99,95% dos processos que tramitam no Foro. Esses números apontam estabilidade em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2015, cujo número de reclamadas unificadas era de 39.608, correspondendo a um percentual de 99,90%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		9.704 – 99,72%	27 – 0,28%	9.731
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	115.299 (totalmente) - 95,56%	5.328 – 4,42%	120.652
		25 (parcialmente) – 0,02%		
	Reclamada	120.508 – 99,90%	98 – 0,08%	120.631
		25 (parcialmente) – 0,02%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.11.2016, 14h52min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 99,72% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Caxias do Sul encontravam-se unificados, restando 27 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 95,56% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 99,90%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2015, houve relativa estabilidade no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 99,76% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 15.09.2015; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 23.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Órgãos		1.382 – 99,93%	1 – 0,07%	1.383
Processos com Órgãos		10.230 – 100,00%	0 – 0,00%	10.230

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.11.2016, 14h57min)



De acordo com o sistema informatizado, no dia 24.11.2016, 99,93% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 100% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2015, verifica-se que houve a unificação de 10 órgãos no período entre as duas correições.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.10)
Carta de sentença	7	3	-57,14%	15
Embargos de terceiro	8	35	337,50%	8
Outros	0	1	-	0
Total	15	39	160,00%	23
Média mensal	1,25	3,25	160,00%	2,30

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.11.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 39 novas ações no Foro de Caxias do Sul, registrando-se uma média mensal de 3,25 distribuições. Esse número foi superior em 24 distribuições às ações distribuídas em 2014. A seu turno, nos dez primeiros meses do ano de 2016, foram distribuídas 23 novas ações em processos físicos no Foro de Caxias do Sul, registrando-se uma média mensal de 2,30 distribuições.

Esses números reduzidos são justificados pela implantação do PJe-JT na 6ª Vara do Trabalho em 24.09.2012 e nas demais unidades (1ª a 5ª Varas do Trabalho) em 25.03.2013, de forma que os cadastramentos realizados no sistema informatizado em 2014 referem-se exclusivamente a petições iniciais vinculadas a processos físicos em tramitação no Foro Trabalhista de Caxias do Sul. Os casos novos autuados a partir de 25.03.2014 tramitam no meio eletrônico e foram distribuídos diretamente às Unidades Judiciárias, sem trânsito pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2014	26.547	228	116,43
2015	15.817	223	70,93



Varição 2014-2015	-40,42%	-2,19%	-39,08%
2016 (até outubro)	9.483	191	49,65
Varição 2015-2016	-40,05%	-14,35%	-30,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.11.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 15.817 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 70,93 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 40,42% na média de petições e documentos protocolizados; por sua vez, no período de janeiro a outubro de 2016, a média diária de protocolo de petições caiu para 49,65 (queda de 30%). Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Caxias do Sul.

De acordo com a Coordenadora, as petições e documentos protocolados e os processos devolvidos são encaminhados para as Varas do Trabalho no final do dia, após o encerramento do expediente externo. Pedidos urgentes são imediatamente encaminhados. A conferência é realizada por meio de relatório impresso, em uma única via.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Unidades de Caxias do Sul localiza-se em prédio distinto daquele em que sediadas as Varas do Trabalho, sito na Rua Luiz Rossi, nº 111, Bairro Exposição, CEP 95084-300, Caxias do Sul, RS.

Conforme a Coordenadora, quando do recebimento das guias/lotos de processos para remessa ao arquivo, é realizada a conferência dos processos com a listagem impressa enviada pelas Varas, verificação de volumes, separação dos processos findos dos não findos em lotes diferenciados, aposição de certidão com a data de remessa para o arquivo, colocação de capa para amarração e etiqueta de identificação, contendo o número do lote e a Vara. Informou, ainda, que uma vez por semana é feito a retirada dos processos solicitados, com exceção dos casos urgentes.

Na vistoria realizada por ocasião da inspeção correcional, constatou-se que o arquivo estava muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados. Os processos são enviados para arquivamento pelas Varas do Trabalho, sendo separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento.



3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000925-63.2010.5.04-0404	05.10.2016	17.10.2016	38
0000324-58.2013.5.04.0402	06.10.2016	17.10.2016	38
0001500-21.2003.5.04.0403	11.10.2016	24.10.2016	31
0000292-44.2013.5.04.0405	25.10.2016	04.11.2016	20

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.11.2016)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 04 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Caxias do Sul está dividida em 10 setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada quatro meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita duas vezes por semana: na segunda-feira os mandados normais e urgentes, e na quinta-feira os mandados que chegam com identificação de urgentes (tanto físicos como eletrônicos). São considerados urgentes, mesmo que não identificados como tal, os mandados relativos à notificação de audiência que ingressam na Central entre 11 e 30 dias antes da data designada para a audiência.

Se o prazo para realização da audiência for de até 10 dias corridos do ingresso do mandado na Central, as notificações são encaminhadas ao plantonista (ainda que não estejam identificados pela VT emitente como plantão). Os mandados a serem cumpridos pelo plantão são distribuídos assim que ingressam no painel do Distribuidor, que comunica ao plantonista para cumprimento no mesmo dia ou, excepcionalmente, em no máximo 48 horas.



Os mandados oriundos de processos eletrônicos são devolvidos a partir do painel do Oficial de Justiça, havendo orientação para imediata devolução após o cumprimento. Os mandados oriundos de processos físicos são encaminhados às Varas do Trabalho diariamente, tão logo certificado o cumprimento do mandado pelo Oficial de Justiça e efetuados os registros pertinentes pela Coordenadoria.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores, nos mandados oriundos de processos físicos, é feito diariamente pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Nos processos eletrônicos, a Coordenadoria não tem acesso às certidões dos oficiais de justiça, que são remetidas diretamente à Unidade Judiciária de origem.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2014	2.153	179,42
2015	1.152	96,00
Variação 2014-2015	-46,49%	-46,49%
2016 (até outubro)	616	61,60
Variação 2015-2016	-46,53%	-35,83%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.11.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	4.638	386,50
2015	5.289	440,75
Variação 2014-2015	14,04%	14,04%
2016 (até outubro)	6.050	605,00
Variação 2015-2016	14,39%	37,27%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.11.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Caxias do Sul recebeu 6.441 mandados, sendo 1.152 de processos físicos e 5.289 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 536,75 mandados recebidos, 5,15% menor



do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros dez meses de 2016 foram recebidos 6.666 mandados, dos quais 616 de processos físicos e 6.050 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 666,60, 24,19% superior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 35,83% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 37,27% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)
Busca e Apreensão	14	14	0,00%	9
Citação	375	216	-42,40%	110
Condução de Testemunha	6	0	-100,00%	0
Notificação	727	368	-49,38%	214
Penhora	883	452	-48,81%	198
Outros	178	109	-38,76%	91
Total	2.183	1.159	-46,91%	622

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.11.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)
Notificação	3.549	3.854	8,59%	4.258
Mandado	1.031	1.181	14,55%	1.607
Ofícios	42	46	9,52%	94
Total	4.622	5.081	9,93%	5.959

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.11.2016)

Foram cumpridos 6.240 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.159 oriundos de processos físicos e 5.081 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve redução de 565 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma queda de 8,30%.



Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente em 2015 (452), seguida pela notificação (368), enquanto em 2016 o tipo de diligência mais comum passou a ser a notificação (214) seguida pela penhora (198). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)
Busca e Apreensão	4,64	6,79	46,15%	7,56
Citação	10,20	9,38	-8,02%	17,71
Condução de Testemunha	12,00	-	-	-
Notificação	7,09	8,62	21,60%	11,54
Penhora	20,52	17,56	-14,42%	26,39
Outros	15,24	7,85	-48,46%	18,52
Prazo Médio Geral	13,72	12,16	-11,40%	18,32

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.11.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)
Notificação	5,55	10,11	81,98%	13,55
Mandado	9,42	15,77	67,43%	20,40
Ofício	4,60	6,98	51,86%	6,82
Prazo Médio Geral	6,41	11,39	77,84%	15,29

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.11.2016)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Caxias do Sul caiu 11,40% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 17,56 dias), seguidas pelas citações, cuja média foi de 9,38 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas buscas e apreensões (6,79 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e outubro de 2016 apontam uma elevação do



prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 18,32 dias, o que corresponde a um avanço de 50,71%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 11,39 dias em 2015. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (15,77 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (6,98 dias). Por sua vez, as informações colhidas nos dez primeiros meses de 2016, apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 15,29 dias, lapso 34,24% superior ao verificado em 2015.

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 31.10)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	3	21,43%	4	28,57%	2	22,22%
Citação	123	32,80%	69	31,94%	54	49,09%
Condução de Testemunha	2	33,33%	0	-	0	-
Notificação	146	20,08%	99	26,90%	88	41,12%
Penhora	428	48,47%	205	45,35%	128	64,65%
Outros	65	36,52%	24	22,02%	38	41,76%
Total Geral	767	35,14%	401	34,60%	310	49,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.11.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 31.10)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	649	18,29%	1.534	39,80%	2.188	51,39%
Mandado	340	32,98%	644	54,53%	1.034	64,34%
Ofício	7	16,67%	12	26,09%	24	25,53%
Total	996	21,55%	2.190	43,10%	3.246	54,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.11.2016)



O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, *c/c* o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 401 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 34,60% de todos os mandados cumpridos, tendo havido estabilidade em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 35,14% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (45,35%), seguida pelas citações (31,94%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a outubro) apontam aumento do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (49,84%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 2.190 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o que equivale a 43,10% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (54,53%). Nos dez primeiros meses de 2016, por sua vez, verifica-se tendência de elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Caxias do Sul:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001258-50.2012.5.04.0402	Penhora	16.09.2014	26.03.2015	191
0001599-44.2010.5.04.0403	Penhora	18.04.2016	13.09.2016	148
0000934-34.2010.5.04.0401	Penhora	11.01.2016	30.05.2016	140
0000887-77.2012.5.04.0405	Penhora	30.11.2015	05.04.2016	127
0155800-78.2002.5.04.0401	Penhora	11.11.2014	16.03.2015	125
0000115-26.2012.5.04.0402	Outros	11.01.2016	09.05.2016	119
0000459-95.2012.5.04.0405	Penhora	10.02.2016	07.06.2016	118
0053700-29.2008.5.04.0403	Penhora	27.06.2016	20.10.2016	115
0000691-50.2011.5.04.0403	Penhora	07.10.2014	28.01.2015	113
0000520-59.2012.5.04.0403	Outros	07.12.2015	29.03.2016	113
0177200-69.2007.5.04.0403	Outros	07.07.2016	26.10.2016	111
0000805-92.2011.5.04.0401	Notificação	11.01.2016	29.04.2016	109



0177200-69.2007.5.04.0403	Penhora	23.11.2015	07.03.2016	105
0010900-89.2008.5.04.0401	Penhora	02.02.2016	17.05.2016	105
0000359-12.2013.5.04.0404	Penhora	07.03.2016	17.06.2016	102

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.11.2016)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020453-41.2014.5.04.0405	Mandado	01.09.2014	06.02.2015	158
0020829-33.2014.5.04.0403	Mandado	23.11.2015	05.04.2016	134
0021458-07.2014.5.04.0403	Mandado	23.11.2015	05.04.2016	134
0020470-11.2013.5.04.0406	Mandado	14.04.2015	26.08.2015	134
0020572-33.2013.5.04.0406	Mandado	14.03.2016	21.07.2016	129
0020668-14.2014.5.04.0406	Mandado	16.05.2016	22.09.2016	129
0021067-43.2014.5.04.0406	Notificação	15.12.2014	21.04.2015	127
0020668-14.2014.5.04.0406	Mandado	25.05.2015	29.09.2015	127
0021092-68.2014.5.04.0402	Notificação	26.10.2015	25.02.2016	122
0020095-73.2014.5.04.0406	Notificação	20.10.2014	19.02.2015	122
0021062-70.2013.5.04.0401	Mandado	16.11.2015	15.03.2016	120
0020186-12.2013.5.04.0403	Mandado	17.11.2014	12.03.2015	115
0020449-73.2015.5.04.0403	Mandado	16.11.2015	09.03.2016	114
0021194-59.2015.5.04.0401	Mandado	16.11.2015	08.03.2016	113
0021867-49.2015.5.04.0402	Notificação	07.12.2015	28.03.2016	112

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.11.2016)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 24.11.2016 foi constatada a existência de 08 mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado.



Mandados em aberto no sistema PROCESSOS FÍSICOS					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0004100-39.2008.5.04.0403	19.11.2014	Penhora	Jair Antunes dos Santos	736
2	0001292-62.2011.5.04.0401	23.05.2016	Penhora	Daniel Oliveira de Araújo	185
3	0146300-32.2009.5.04.0404	05.09.2016	Outros	Daniel Oliveira de Araújo	80
4	0074900-06.2005.5.04.0401	03.10.2016	Citação	Daniel Oliveira de Araújo	52
5	0094800-66.2005.5.04.0403	03.10.2016	Penhora	Matheus Lima Andrade Silva	52
6	0150000-29.2003.5.04.0403	11.10.2016	Penhora	Jorge Takemura Okabayashi	44
7	0000136-62.2013.5.04.0403	17.10.2016	Citação	Matheus Lima Andrade Silva	38
8	0000123-94.2012.5.04.0404	25.10.2016	Penhora	Matheus Lima Andrade Silva	30

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.11.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 24.11.2016, apresentava 78 mandados sem registro de cumprimento no prazo.

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020305-65.2016.5.04.0403	03.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	174
2	0021758-26.2015.5.04.0405	09.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	168
3	0021758-26.2015.5.04.0405	09.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	168
4	0021758-26.2015.5.04.0405	09.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	168
5	0021759-11.2015.5.04.0405	10.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	167
6	0021759-11.2015.5.04.0405	10.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	167
7	0021759-11.2015.5.04.0405	10.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	167
8	0020387-90.2016.5.04.0405	20.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	157
9	0021194-18.2013.5.04.0405	28.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	149
10	0021194-18.2013.5.04.0405	28.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	149
11	0020538-56.2016.5.04.0405	29.06.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	148
12	0021055-70.2016.5.04.0402	01.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	146
13	0021055-70.2016.5.04.0402	01.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	146
14	0021055-70.2016.5.04.0402	01.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	146
15	0021808-64.2015.5.04.0401	05.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	142
16	0021808-64.2015.5.04.0401	05.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	142



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17	0020236-27.2016.5.04.0405	13.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	134
18	0020236-27.2016.5.04.0405	13.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	134
19	0020236-27.2016.5.04.0405	13.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	134
20	0021903-82.2015.5.04.0405	18.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	129
21	0021903-82.2015.5.04.0405	18.07.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	129
22	0021356-42.2015.5.04.0405	03.08.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	113
23	0020628-64.2016.5.04.0405	18.08.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	98
24	0020628-64.2016.5.04.0405	18.08.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	98
25	0020628-64.2016.5.04.0405	18.08.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	98
26	0021530-26.2016.5.04.0402	26.08.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	90
27	0020718-82.2016.5.04.0531	26.08.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	90
28	0020981-13.2016.5.04.0403	31.08.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	85
29	0020735-17.2016.5.04.0403	02.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	83
30	0021464-40.2016.5.04.0404	09.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	76
31	0021514-66.2016.5.04.0404	12.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	73
32	0020327-32.2016.5.04.0401	12.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	73
33	0020882-37.2016.5.04.0405	12.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	73
34	0021364-82.2016.5.04.0405	14.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	71
35	0021364-82.2016.5.04.0405	14.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	71
36	0020644-24.2016.5.04.0403	15.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	70
37	0020644-24.2016.5.04.0403	15.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	70
38	0020653-48.2014.5.04.0405	19.09.2016	Mandado	Matheus Lima Andrade Silva	66
39	0020028-48.2013.5.04.0405	26.09.2016	Mandado	Jair Antunes Dos Santos	59
40	0021276-47.2016.5.04.0404	26.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	59
41	0021866-58.2015.5.04.0404	26.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	59
42	0020647-76.2016.5.04.0403	27.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	58
43	0020876-61.2015.5.04.0406	27.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	58
44	0020246-71.2016.5.04.0405	27.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	58
45	0020246-71.2016.5.04.0405	27.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	58
46	0020246-71.2016.5.04.0405	27.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	58
47	0020246-71.2016.5.04.0405	27.09.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	58
48	0021247-74.2014.5.04.0401	03.10.2016	Mandado	Jorge Bogoni	52
49	0020813-17.2016.5.04.0401	04.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	51
50	0021665-32.2016.5.04.0404	10.10.2016	Notificação	Paula Grossi Fernandes Gontijo de Oliveira Lage	45
51	0021659-31.2016.5.04.0402	10.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	45
52	0021659-31.2016.5.04.0402	10.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	45
53	0021659-31.2016.5.04.0402	10.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	45



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

54	0021659-31.2016.5.04.0402	10.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	45
55	0021659-31.2016.5.04.0402	10.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	45
56	0021599-52.2016.5.04.0404	10.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	45
57	0021856-83.2016.5.04.0402	11.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	44
58	0021319-25.2015.5.04.0531	14.10.2016	Mandado	Marise Hedvigés Dresch	41
59	0021844-69.2016.5.04.0402	14.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	41
60	0021844-69.2016.5.04.0402	14.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	41
61	0021844-69.2016.5.04.0402	14.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	41
62	0021678-37.2016.5.04.0402	14.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	41
63	0021346-72.2013.5.04.0403	17.10.2016	Mandado	Matheus Lima Andrade Silva	38
64	0021346-72.2013.5.04.0403	17.10.2016	Mandado	Matheus Lima Andrade Silva	38
65	0020304-08.2015.5.04.0406	17.10.2016	Mandado	Matheus Lima Andrade Silva	38
66	0021860-14.2016.5.04.0405	17.10.2016	Notificação	Matheus Lima Andrade Silva	38
67	0021711-18.2016.5.04.0405	17.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	38
68	0020082-43.2015.5.04.0405	18.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	37
69	0020856-45.2016.5.04.0403	19.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	36
70	0020753-69.2016.5.04.0522	24.10.2016	Notificação	Marise Hedvigés Dresch	31
71	0020001-06.2015.5.04.0402	24.10.2016	Notificação	Matheus Lima Andrade Silva	31
72	0021911-37.2016.5.04.0401	24.10.2016	Notificação	Marise Hedvigés Dresch	31
73	0020016-69.2015.5.04.0403	24.10.2016	Mandado	Jorge Bogoni	31
74	0021100-71.2016.5.04.0403	24.10.2016	Mandado	Jorge Bogoni	31
75	0021937-35.2016.5.04.0401	25.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	30
76	0021933-95.2016.5.04.0401	25.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	30
77	0020787-13.2016.5.04.0403	27.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	28
78	0021134-52.2016.5.04.0401	27.10.2016	Notificação	Alexandre Caetano Nodari*	28

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 24.11.2016)

* Ainda que o servidor não seja Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, constou da consulta ao PJe informação de ser ele o responsável pelos mandados.

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Caxias do Sul.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Álvaro Henrique Meneghel						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	00	00	02	02
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	02	02
Penhora	00	00	00	00	02	02
Outros	00	00	00	00	00	00
Total	00	00	00	00	06	06
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	00	00	38	38
Mandado	00	00	00	00	11	10
Ofício	00	00	00	00	01	01
Total	00	00	00	00	50	49

Daniel Oliveira de Araújo						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	35	35	17	18	15	14
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	50	50	25	25	12	11
Penhora	66	65	41	43	21	22
Outros	10	13	02	02	17	14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	161	163	85	88	65	61
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	391	374	450	413	433	445
Mandado	104	101	124	114	168	151
Ofício	13	13	01	01	05	03
Total	508	488	575	528	606	599

Jair Antunes dos Santos						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	01	01	00	00
Citação	34	34	18	18	17	17
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	80	80	20	20	09	09
Penhora	107	107	45	45	26	26
Outros	19	19	16	16	08	08
Total	241	241	100	100	60	60
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	334	327	321	328	474	453
Mandado	103	102	109	111	150	131
Ofício	05	05	02	02	07	07
Total	442	434	432	441	631	591



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

João Roque Redaelli						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	02	02	04	04
Citação	61	61	23	23	10	10
Condução de Testemunha	04	04	00	00	00	00
Notificação	117	118	34	34	28	28
Penhora	100	98	68	70	30	30
Outros	22	22	16	16	24	23
Total	305	304	143	145	96	95
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	419	424	500	485	544	544
Mandado	136	141	153	156	213	200
Ofício	01	01	02	02	24	24
Total	556	566	655	643	781	768

Jorge Bogoni						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	02	02	03	03
Citação	32	32	13	13	12	12
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	36	37	32	32	19	19
Penhora	88	87	40	43	19	16
Outros	08	09	12	12	06	06



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	164	165	99	102	59	56
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	341	351	330	335	364	351
Mandado	82	83	76	76	133	118
Ofício	02	02	08	08	04	03
Total	425	436	414	419	501	472

Jorge Takemura Okabayashi						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	02	02	00	00
Citação	47	47	21	21	18	17
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	71	71	33	33	49	49
Penhora	130	130	43	44	18	17
Outros	00	22	11	11	07	07
Total	250	272	110	111	92	90
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	355	356	486	473	431	436
Mandado	121	126	141	134	197	200
Ofício	05	06	03	03	10	09
Total	481	488	630	610	638	645



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Marise Hedvigés Dresch						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	01	01	00	00
Citação	32	31	22	22	04	06
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	77	85	50	48	18	21
Penhora	86	95	33	36	20	22
Outros	29	30	10	08	07	08
Total	228	245	116	115	49	57
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	476	466	370	340	407	441
Mandado	95	89	126	109	129	145
Ofício	02	02	05	05	05	05
Total	573	557	501	454	541	591
Matheus Lima Andrade Silva						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	00	00	11	09
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	09	08
Penhora	00	00	00	00	17	14
Outros	00	00	00	00	05	05



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	00	00	00	00	42	36
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015			Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	00	00	360	329
Mandado	00	00	00	00	150	116
Ofício	00	00	00	00	10	10
Total	00	00	00	00	520	455

Paula Grossi Fernandes Gontijo de Oliveira Lage						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015			Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	01	01
Citação	00	00	25	22	06	08
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	37	35	12	14
Penhora	00	00	41	35	11	16
Outros	00	00	13	13	04	04
Total	00	00	116	105	34	43
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015			Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	208	176	423	431
Mandado	00	00	126	91	201	209
Ofício	00	00	12	09	07	09
Total	00	00	346	276	631	649



Vamberto da Silva Cavalcanti Junior						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	02	02	01	01
Citação	35	35	40	39	12	13
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	112	112	35	35	20	20
Penhora	79	81	57	56	22	25
Outros	14	14	09	09	14	14
Total	240	242	143	141	69	73
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.10)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	359	361	505	479	424	444
Mandado	127	127	186	178	195	204
Ofício	06	06	05	05	13	13
Total	492	494	696	662	632	661

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A unidade está bem organizada, com servidores motivados e empenhados na efetiva prestação jurisdicional. As instalações físicas estão adequadas e atendem às necessidades da unidade.

O cadastro unificado das reclamadas e o cadastro de endereços de advogados representam 99,83% e 99,72%, respectivamente, do cadastro no Foro de Caxias do Sul. Os percentuais alcançados demonstram o cuidado e o comprometimento do Coordenador e servidores com as atividades desenvolvidas. Quanto à Central de Mandados, constata-se que houve aumento constante do número de mandados expedidos no período de 01.01.2014 a 30.10.2016, de 4.622 em 2014, de 5.081 em 2015 e de 5.959 nos 10 primeiros meses de 2016. Considerando o expressivo número de mandados expedidos é razoável o prazo médio para cumprimento, a demonstrar o comprometimento dos oficiais de justiça com a prestação jurisdicional. A coordenadora salientou que, embora alguns mandados tenham extrapolado o prazo legal, boa parte são mandados de penhora com grau de dificuldade maior ou que estão aguardando outras diligências.



Por fim, em face do acima relatado, a Unidade merecem ser parabenizada pelo bom andamento dos trabalhos.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Diretora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, no dia 1º.12.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às unidades judiciárias desse foro. Compareceram as advogadas Patrícia Zart, Conselheira da Subseção da OAB local e Ana Carla Furlan, Coordenadora da Comissão da Mulher Advogada, que teceram elogios aos magistrados bem como à excelência no trabalho e no atendimento dispensado pelos servidores nas unidades da Justiça do Trabalho de Caxias do Sul.

8 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

A Coordenadora abordou o número expressivo de mandados expedidos nos últimos dois anos. Considerando que o Foro Trabalhista de Caxias do Sul possui seis varas do trabalho e dez oficiais de justiça lotados, requer a lotação de mais dois oficiais, uma vez que nas demais Centrais de Mandado existem dois oficiais por Vara.

Encaminhe-se a solicitação da Coordenadora para a Direção Geral para verificar da viabilidade de atendimento.

9 PRAZO PARA RESPOSTA

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento



de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Diretora do Foro, Ana Júlia Fazenda Nunes, pela Coordenadora, Sílvia Reolon Nodari, e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional